

UMA EXPERIÊNCIA DE CONFRONTO ENTRE A PERSPECTIVA DO AGRICULTOR E DO ANALISTA EM DIAGNÓSTICO RURAL

Paulo Roberto Silveira^{1*}
Pedro Selvino Neumann¹
Evandro Colombo²
Gelson Pelegrini²
Tatiana Aparecida Balem³
Luís Fernando Kramer³

RESUMO

Propõe-se uma reflexão sobre um programa de extensão no município de Dilermando de Aguiar, região centro do RS, realizado em 1998, objetivando diagnosticar os principais entraves para o desenvolvimento municipal. Tratando-se de município de base agrícola, utilizou-se como Metodologia a análise-diagnóstico do sistema agrário em três fases: seminários em cinco comunidades rurais e na sede do município para sensibilizar os agricultores da importância do trabalho e levantar os principais problemas e as demandas dos agricultores; o estudo das formas de ocupação do espaço agrário, através de entrevistas com informantes qualificados e análise dos mapas de uso do solo, além da aplicação de uma enquete em cada unidade de produção; a análise dos principais sistemas de produção, a partir do estudo detalhado de unidades representativas dos sistemas de produção. Identificou-se os pontos de estrangulamento de cada sistema, além de observarmos que a ótica dos agricultores foi diferenciada da análise da equipe de trabalho, o que indica que o diagnóstico participativo pode ser qualificado com um estudo mais sistemático e sistêmico da realidade rural, pois evita-se permanecer com a versão tradicional dos problemas, onde as problemáticas mais estruturais sempre são colocadas como limitantes, encobrendo a diferenciação entre regiões e agricultores. Por outro lado, deve ressaltar-se que os aspectos políticos, a questão agrária, a organização dos agricultores ficaram evidenciados nos seminários bem Tal metodologia permitiu a comparação entre o participativo e o diagnóstico formal, demonstrando que evidenciam dimensões diversas da realidade.

¹ Professor assistente do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural da UFSM.

* Mestre em extensão rural, Professor do CPGER - UFSM, fone-55-220-8662, fax-55-220-8904, e-mail-silveira@ccr.ufsm.br

² Mestrando em Extensão Rural pela UFSM.

³ Acadêmicos do Curso de Agronomia da UFSM.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho parte de uma reflexão sobre as atividades de ensino/pesquisa/extensão, realizada pelo Grupo de Pesquisa em Sistemas de Produção Agrícola e Desenvolvimento Regional do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria-UFSM-RS. A referência empírica utilizada é um projeto coordenado pela Pró-reitoria de Extensão da UFSM, financiado pelo programa Universidade Solidária, em 1998. Neste ano, as Universidades gaúchas decidiram desenvolver ações em regiões carentes de sua área de abrangência.

Escolheu-se o município de Dilermando de Aguiar, emancipado em 1996, com população em torno de 3.500 habitantes, sendo 90 % no meio rural. Na discussão realizada na equipe multidisciplinar (envolvendo área da educação e saúde e desenvolvimento rural), definiu-se que qualquer ação conseqüente exige um diagnóstico da realidade, visando determinar os limites e potencialidades para o desenvolvimento municipal.

Partiu-se da constatação de que, muitas vezes, problemas que na nossa avaliação são considerados centrais, são citados de forma discreta nos espaços participativos, onde concluímos que os agricultores possuem dificuldades de estruturar seus problemas numa relação causa-efeito, preocupando-se na maioria das vezes com aqueles problemas imediatos e mais perceptíveis e esquecendo-se de suas origens. Da mesma forma, se nos restringir-mos a uma análise “técnica”, deixemos de observar aspectos específicos à trajetória histórica de cada comunidade rural, além de desconsiderar qual a ótica sob a qual os agricultores se inserem no processo de desenvolvimento.

2. ABORDAGEM METODOLÓGICA

A análise do espaço agrário do município de Dilermando de Aguiar foi concebida de forma a confrontar duas abordagens: a Análise Diagnóstico dos Sistemas Agrários (DSA) e o Diagnóstico Rural Participativo (DRP). Tal proposta de trabalho vem de encontro a um novo conceito de desenvolvimento rural, onde a contribuição dos

diferentes agentes sociais é considerada, superando a tradicional estratégia de imposição de políticas a partir de concepções técnico-científicas¹.

Dentro da concepção do diagnóstico rural participativo, o agricultor torna-se protagonista do processo, construindo-se uma representação da realidade conjuntamente com os diferentes agentes de desenvolvimento. Desta forma, cabe aos profissionais de extensão rural propiciar um espaço de participação. Devemos considerar que,

“ o conhecimento empírico possui uma relação de complementaridade com o conhecimento científico, os dois são frutos da curiosidade humana e da necessidade humana de construir explicações para os fatos e fenômenos” (STROH, 1995:288).

Neste sentido, segundo a autora, deve-se oportunizar o confronto dos dois saberes, pois é necessário ir além do conhecimento empírico, onde as explicações são dadas pela aparência. Muitas vezes, a interpretação do agricultor é produto de um processo histórico-social, onde participa como subalterno, assumindo como suas as explicações e conceitos defendidos pelos setores hegemônicos.

Nesse sentido, propõe-se o diagnóstico como momento pedagógico, onde o agricultor problematiza sua situação, refletindo sobre seus limites e potencialidades (Caporal, 1999). Mas, além disso, propomos complementar o diagnóstico com o estudo sistemático das **formas de exploração do sistema agrário**², utilizando-se o método DSA. Partimos do entendimento de que

“ O desenvolvimento rural é, em primeiro lugar, um encadeamento de transformações técnicas, ecológicas, econômicas e sociais. Convém entender a sua dinâmica passada e as suas contradições presentes para prever as tendências futuras” (DUFIMIER, 1996).

No presente caso, realizou-se o DRP através de seminários realizados em cinco comunidades rurais, consideradas pólos de uma determinada zona do município. Agrupou-se aquelas comunidades onde a proximidade geográfica e as semelhanças em relação aos aspectos sócio-econômicos assim o recomendavam e/ou permitiam³. Tais seminários temáticos tinham como objetivo principal identificar os problemas ou entraves ao desenvolvimento local e suas alternativas de solução, levando em conta o que pensam os seus moradores. De outra forma, dar voz aos atores locais para expressarem a sua visão sobre os problemas relacionados com o desenvolvimento.

¹ Muitas vezes tais estratégias ocultam aspectos político-ideológicos, apresentando-se como análises científicas isentas, apesar de assumirem uma posição a-crítica diante dos impactos trazidos pela vinculação da agricultura aos gigantes complexos agroindustrias. Não considera-se as necessidades e interesses do público rural, pois o objetivo pretendido é a produção e a produtividade no uso dos fatores de produção, independente da exclusão gerada.

² Uso e manejo dos recursos agroecológicos – sistemas de produção: agricultura e pecuária.

³ Devido ao fator tempo e logística, necessitou-se dividir as comunidades rurais em 6 grupos.

Inicialmente, visando sensibilizar o público para a participação no processo, realizou-se um seminário na sede do município, onde participaram as lideranças das diferentes comunidades rurais, as quais se encarregaram de organizar os seminários temáticos.

Os trabalhos iniciavam com uma breve explanação sobre os objetivos do seminário e a apresentação dos participantes. Posteriormente, estes eram divididos em grupos para a discussão dos problemas das comunidades. Tal divisão é necessária para que todos os participantes tenham oportunidade de contribuir. Os trabalhos nos grupos eram coordenados por um moderador, que usando a técnica da visualização móvel, atuava como problematizador e registrava todas as contribuições dos agricultores. Salientamos que o papel do moderador era apenas coordenar e problematizar, intervindo o mínimo possível na discussão para que o resultado do seminário representasse realmente a visão dos participantes. Após a discussão nos grupos, o resultado era socializado no grande grupo.

Nesse momento de trabalho em grupo, utilizou-se as seguintes perguntas orientadoras:

“ Na sua opinião, quais os principais problemas para o Desenvolvimento da Comunidade?”

“O que pode ser feito para resolver os problemas identificados e por quem (entidades e comunidade)?

Na sistematização dos resultados considerou-se como problemas de maior amplitude os que apareceram no seminário mais vezes, ou seja, que foram levantados pelos agricultores com maior frequência.

O estudo dos sistemas agrários foi realizado integrando os dados obtidos através da análise dos mapas e estudos existentes (interpretação de imagens de satélite, mapas de solos e declividade, consulta bibliográfica e de documentos históricos), da análise da paisagem (através de percorridas do terreno) e da reconstituição histórica das transformações do espaço agrário (através de entrevistas com informantes qualificados⁴, mapeados em cada zona do município)(INCRA/FAO: 1997).

A terceira etapa do diagnóstico sócio-econômico das comunidades rurais foi o Cadastro Técnico Rural, ou seja, um levantamento de quem são os habitantes do

⁴ Foram considerados informantes qualificados, pessoas que construíram sua história no município de Dilermando de Aguiar, principalmente agricultores idosos.

município, quais suas principais atividades econômicas e condições de vida como saúde, educação, cultura e relações com o meio ambiente, composição etária e fundiária e infra-estrutura disponível. Com o cadastro busca-se entender a heterogeneidade da população, identificando demandas por grupos de moradores/produtores, segundo suas condições específicas (Tipologia da população e das unidade de produção agrícola). Decidiu-se aplicar o instrumento em todas as residências rurais⁴ (Neuman e Silveira, 2000).

A partir dos resultados obtidos com o DRP, a equipe de trabalho elaborou uma análise dos entraves para o desenvolvimento do município. A vivência no município durante as três etapas relatadas proporcionou à equipe uma clareza em relação aos diferentes fatores que explicam o desenvolvimento do município de Dilermando.

Da análise do sistema agrário, obteve-se a divisão do espaço em três zonas agroecológicas, definidas por sua característica em relação ao tipo e uso do solo e da forma originária de ocupação do espaço, sendo que, em cada zona, identificou-se os principais sistemas de produção existentes. A isto, acresceu-se as informações do cadastro.

3. A REALIDADE NA PERSPECTIVA DOS AGRICULTORES

Os problemas levantados pelos agricultores foram agrupados por áreas de acordo com as semelhanças entre si. Procurou manter-se originalmente a visão dos agricultores, adotando como forma de priorização o número de vezes que um mesmo problema foi levantado durante os seminários. Nesta análise, não foram considerados os pontos de vista da equipe de trabalho. Num primeiro momento, trabalharemos, apenas, com as contribuições dos agricultores. As questões percebidas pelos agentes externos e não consideradas importantes pelos agricultores serão usadas apenas na etapa seguinte do trabalho.

Na sistematização final dos resultados dos seminários temáticos, observou-se que a área que mais apresenta problemas é a de políticas de desenvolvimento rural, destacando-se estrutura fundiária, crédito, capacitação, assistência técnica, comercialização, geração de emprego e renda, preço de produtos e insumos e alternativas de produção. A falta de assistência e assessoria técnica é vista como um dos

principais entraves pelos agricultores, dentro da política de desenvolvimento rural, pois ocupou vinte e nove por cento dos problemas desta área. Isso se deve ao baixo número de extensionistas rurais disponíveis no município e a forma de trabalho (ênfase nas linhas definidas pelos órgãos de Extensão Rural, muitas vezes distantes das demandas dos agricultores).

A seguir temos a falta de crédito rural, referindo-se não só a deficiência quantitativa, mas também a inacessibilidade por parte dos pequenos agricultores. A falta de alternativas de produção para as áreas de pequenas propriedades, onde o fumo é o único cultivo comercial de destaque. Devido a economia do município girar em torno da pecuária extensiva e do arroz, carece-se de atividades adequadas às características das unidades de produção familiares (restrição em área- tamanho ou característica agroecológica e descapitalização do agricultor). A comercialização e os preços dos produtos e insumos aparecem como dificuldades ocasionadas pela falta de estruturas que viabilizem estes fatores, como por exemplo cooperativas, inexistentes no município. Por último, a estrutura fundiária se apresenta como um entrave significativo nesta análise: a extensa área ocupada por grandes propriedades resulta na existência de pequenos agricultores com áreas mínimas que inviabilizam a reprodução familiar e num grande número de empregados temporários.

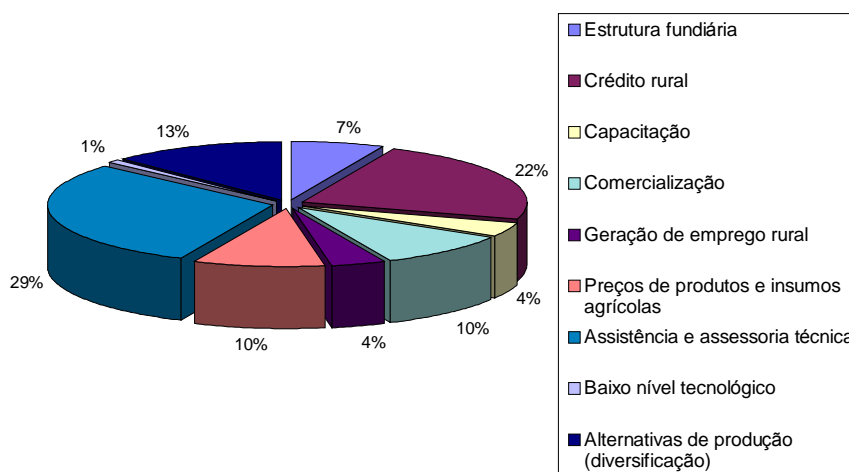


Gráfico 01: Distribuição do grupo de problemas de Políticas de Desenvolvimento Rural no município de Dilermando de Aguiar - RS. Santa Maria, 1999.

A segunda área levantada como entrave do desenvolvimento rural do município

foi a de infra-estrutura, agregando questões referentes a falta de um comércio local desenvolvido, pois os moradores do município precisam se deslocar para as cidades de Santa Maria ou São Pedro do Sul para adquirirem bens, não contribuindo com a arrecadação local e também desvalorizando o município. O município também enfrenta problemas referentes a falta de água, ou seja, este não dispõe de muitos cursos naturais de água, o que acarreta sérios problemas em estiagens. A falta de água se reflete tanto no que se refere a água potável, como água para irrigação. Outro problema sério são as péssimas condições das estradas municipais, o que dificulta qualquer tipo de transporte.

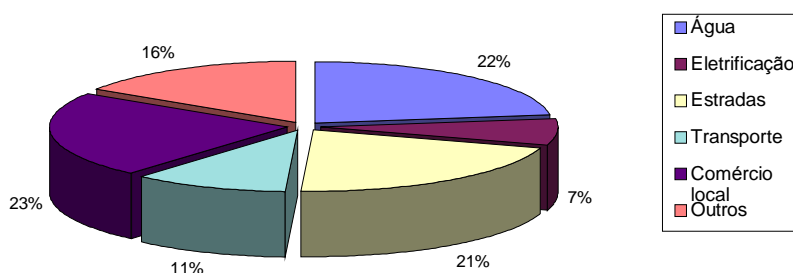


GRÁFICO 02: Distribuição dos problemas do grupo de Infra-estrutura no município de Dilermando de Aguiar - RS. Santa Maria, 1999.

As outras duas áreas de problemas levantados foram: serviços públicos, Organização social e relação com o poder público. Com relação a serviços públicos foram citados problemas referentes a saúde, educação e meio ambiente. A inexistência de um hospital no município faz com que os habitantes necessitem deslocar-se deste para tratamento de saúde, sendo o município consta apenas de um posto de saúde, que segundo os moradores, não tem a estrutura necessária para atendimentos de qualidade. Na educação, o principal problema levantado é a falta de uma escola de segundo grau no município, o que obriga os jovens a morar nos municípios vizinhos para estudar, contribuindo com o êxodo rural. No que se refere ao meio ambiente, observou-se a contaminação por agrotóxicos e degradação dos recursos naturais.

A organização social e a relação com o poder público tornam-se problemas devido a conflitos políticos entre o poder público e a população local, resultando em um

não atendimento das demandas e favorecendo o clientelismo. A falta de organização social também dificulta a tomada de decisão e a ação coletiva da população, levantando-se, principalmente, a ausência de uma sede municipal do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a falta de cooperativas e associações de produtores. A faixa etária da população rural também é um fator que dificulta o avanço da organização social, pois devido ao êxodo rural, a população jovem não mora mais no município, tornando difícil para os mais idosos visualizar um horizonte de mudanças.

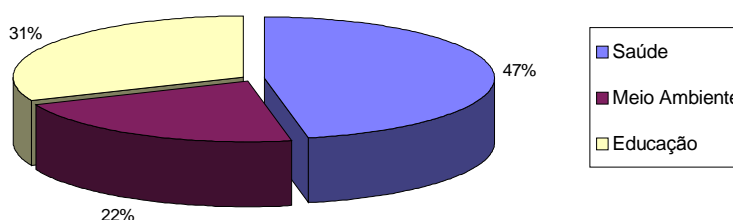


GRÁFICO 03: Distribuição dos problemas do grupo de Serviços Públicos no município de Dilermando de Aguiar - RS. Santa Maria, 1999.

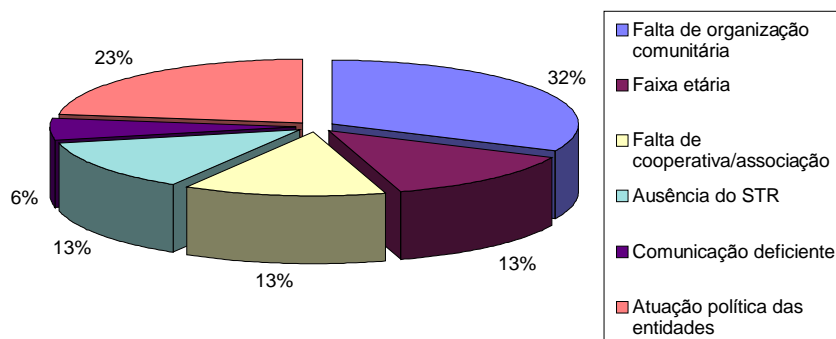


GRÁFICO 04: Distribuição dos problemas do grupo de Organização Social e Relação com o Poder Público, no município de Dilermando de Aguiar - RS. Santa Maria, 1999.

Com esta análise, sob o ponto de vista dos agricultores, pretendemos demonstrar que a percepção destes pode ser acrescida de outros instrumentos para que um programa de desenvolvimento rural seja planejado considerando as limitações que poderão aparecer. As limitações, impostas pelos agricultores, aparecem quando estes não têm a estratégia de desenvolvimento como uma demanda sentida, não sendo, portanto, agentes de seu próprio desenvolvimento, podendo um programa inteiro resultar em mais uma estratégia fracassada.

4. A CONTRIBUIÇÃO DO “DSA” PARA A COMPREENSÃO DOS LIMITES AO DESENVOLVIMENTO RURAL DE DILERMANDO DE AGUIAR

Para efeito de comparação entre as duas formas de diagnóstico, consideraremos duas zonas agroecológicas⁵. A partir da análise dos mapas de declividade do solo, caracterizou-se as diferentes zonas:

- Zona agroecológica 01: caracteriza-se por apresentar solo pertencente a unidade de mapeamentos São Pedro (Argissolo vermelho distrófico arênico), aptidão agrícola classe 03, sendo região tradicionalmente de campo, onde predomina a pecuária de corte em grandes propriedades e o fumo nas pequenas propriedades.
- Zona agroecológica 02: O solo desta zona pertence a unidade de mapeamento Venda Grande (Chernossolo argilúvico órtico saprolítico), aptidão agrícola classe 03, região de topografia acidentada onde predomina a agricultura diversificada e/ou a pecuária de corte, apresentando uma estrutura fundiária composta de pequenas e grandes propriedades.

Para propormos políticas de desenvolvimento rural necessitamos considerar os aspectos específicos a cada sistema de produção, mesmo porque há uma diversidade de tipos de unidades de produção e dos moradores no meio rural. Do cadastro rural, obtivemos que apenas 20,27 % dos moradores tem na agricultura sua ocupação principal. Esta informação ajuda a compreender por que a infra-estrutura e os serviços públicos aparecem como problemas significativos nos seminários temáticos.

Verificou-se que 11,92 % dos habitantes do meio rural são aposentados, 4,38 %

⁵ As zonas foram definidas em função das características de solo, relevo e potencialidades de uso agropecuário.

de assalariados rurais permanentes, 2,12% de assalariados rurais temporários, 7,6 % de assalariados urbanos, 19,11 % do lar, 2,26 % de comerciantes 21,51% de estudantes e 10,75 com outras ocupações. Observa-se, a partir daí que há um rural predominantemente não agrícola, o que explica-se pela decadência da produção agrícola como capaz de gerar renda e trabalho. De outra parte, observa-se que há uma diversidade de interesses dada pelas diferentes condições de classe, o que implica em considerarmos as relações de poder como fundamental na relação entre os diferentes agentes sociais.

Com base nesses dados, percebe-se que os seminários temáticos não forma capazes de desnudar as contradições, ficando o interesse do desenvolvimento e qualidade de vida como um problema de todos, desconsiderando as diferentes óticas existentes. Deve ser princípio para o analista que,

“ É de extrema importância que a investigação não se restrinja a identificar a fachada dos comportamentos coletivos, porque atrás deles há um conjunto de sentidos simbólicos construídos em um processo e estes sustentam os comportamentos coletivos” (STROH :1995: 287).

Se acrescermos o fato de que existem em cada zona agroecológica, unidades de produção familiares e unidades baseadas no trabalho assalariado, assentadas sobre uma estrutura fundiária que combina grandes e pequenas áreas, devemos observar mais detalhadamente as diferenças específicas dos diferentes sistemas de produção. Nesse sentido, deve buscar conhecer o processo de imbricamento entre fatores geobiofísicos e sócio-culturais (VIEIRA, 1997), o que certamente o DRP não pode fornecer.

Verifica-se que o limite para o desenvolvimento da atividade agrícola na zona agroecológica 01 é a degradação do solo, que tem representado um fator de declínio da produtividade. Além disso, constata-se que a cultura do fumo apresenta problemas gerenciais (utilização de grande parte da mão-de-obra familiar, limitando a possibilidade de diversificação de atividades), técnicos (manejo inadequado das áreas e uso elevado de agrotóxicos) e na forma de inserção na cadeia produtiva (o município encontra-se em uma área não preferencial para a indústrias fumageiras).

Se observarmos o resultado do DRP nas comunidades inseridas nessa zona agroecológica, constataremos que em todos os casos a carência de assistência técnica, crédito e preços dos insumos e produtos apareceram como os principais problemas em relação as políticas de desenvolvimento rural; em relação aos serviços públicos a carência na área da saúde e infra estrutura são os problemas principais; apenas em uma das comunidades aparece a falta de alternativas de produção (local caracterizado pela

pecuária de corte) e problemas na organização social (desmotivação, desmobilização e clientelismo).

No caso do sistema de produção de fumo, há uma necessidade de reconversão das unidades de produção, buscando outras atividades com alto valor agregado por hectare e considerando a preocupação com a conservação do solo. Neste caso, poderia-se ter outras fontes de renda, combinadas com atividades de subsistência. Para tal política ser efetivada haveria necessidade de programas de comercialização, já que os agricultores não apresentam meios de transporte para o centro regional (Santa Maria).

Conclui-se que os problemas levantados pelos agricultores (assistência técnica, crédito e melhor relação de troca entre insumos e produtos), seriam fundamentais se acrescidos das propostas, acima. Caso contrário, tais problemas ao serem enfrentados isoladamente não serão suficientes para a alteração da situação sócio-econômica da região, pois o fumo e a pecuária de corte extensiva não apresentam capacidade de sustentar o desenvolvimento rural (gerar trabalho e renda, para os hoje excluídos, e manter a capacidade de resposta dos ecossistemas).

Torna-se importante conhecer o funcionamento do sistema de produção, pois é preciso apontar qual crédito adequaria-se em cada caso e qual assistência técnica poderia contribuir para o enfrentamento dos limites verificados.

Em relação a zona agroecológica 02, poderíamos dizer que trata-se de unidades de produção com pequena superfície de área útil e com afloramentos de rochas, significando dificuldade de operação agrícola, o que se amplifica ao considerarmos que basicamente trabalha-se com tração animal (78 % das unidades de produção que tem na agricultura sua principal fonte de renda). O solo dessa zona, apesar da limitação física e de manejo, apresenta alta fertilidade natural, caracterizando-se então, uma inadequação do atual sistema de uso e uma grande pressão sobre os recursos naturais, o que significa a insustentabilidade no médio e longo prazo.

Nesse caso, sem alterar a estrutura fundiária estreitam-se os horizontes para a formulação de políticas. No entanto, pode-se considerar que o associativismo, o desenvolvimento de práticas baseadas na agroecologia e a agroindustrialização familiar representam potencialidades reais. Observa-se que neste caso, além dos problemas em relação a falta de política de desenvolvimento rural levantados na outra zona, aparecem como significativo o problema da estrutura fundiária, da comercialização e o clientelismo. Na verdade, trata-se de um problema estrutural, da ausência de intervenção na relação com o mercado e de uma antiga tradição política, anterior a emancipação (a

legitimação da prestação de favor como política pública).

Mas, não é possível nenhuma ação de extensão rural que possa contribuir com a melhoria da situação sócio-econômica da população? Se observarmos a análise dos sistemas de produção, conclui-se que existem limites em relação a forma de organização da produção e na forma de inserção no mercado, além de procedimentos técnicos que afetam a capacidade produtiva dos agroecossistemas. Desta forma, torna-se adequado repensar os sistemas de produção, reorganizando-os de forma a não depender somente da Pecuária de Corte ou Fumo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência aqui relatada demonstra a insuficiência de uma abordagem que enfoque exclusivamente o ponto de vista do público-alvo das políticas de desenvolvimento rural. Tal abordagem restringe o diagnóstico as necessidades mais prementes do agricultor, **não fornecendo instrumentos suficientes** para buscarmos alternativas que atendam estas necessidades e ao mesmo tempo gere uma dinâmica sustentável de desenvolvimento (principalmente, se pensarmos na elaboração de projetos ou programas de Extensão Rural).

As críticas ao enfoque sistêmico, tipo DAS, podem ser procedentes quando o analista desconhece a importância das relações sócio-culturais que sustentam determinada organização social e não reconhece a contribuição do agricultor como possuidor de conhecimento válido. Tal crítica ainda é mais procedente quando oculta-se o fato que a realidade pode ser representada de várias formas por diferentes agentes sociais, sendo a representação do agricultor de grande valia para explicar os processos de decisão-ação em nível de comunidade rural ou de unidade de produção.

Se os analistas livrarem-se do economicismo e dos preconceitos advindos de sua formação, o diálogo com a população local surgirá como elemento potencializador de tal metodologia. Isso exigirá o abandono de tentativas de propostas tecnocráticas que desconhecem os sistemas de produção local.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAPORAL, F.R. & COSTABEBER, J.A. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre-RS, EMATER, V.1, N.1, 2000.
- DUFIMIER, M. **Les Projets de Development Agricole- Manuel d'Expertise**. Paris, CTA-Karthala, 1996.
- NEUMAN, P.S. & SILVEIRA, P.R.C. Enfoque Sistêmico e Desenvolvimento Regional. Em: VA, **Sistemas de Produção Agrícolas- Conceitos, Metodologias e Práticas**. UFPR, 2000.
- STROH, P.Y. As Ciências Sociais na Interdisciplinaridade do Planejamento Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável. Em: Cavalcanti, C. (org.) **Desenvolvimento e Natureza**, CORTEZ, 1996.
- VIEIRA, P.F. Gestão Patrimonial de Recursos Naturais: Construindo o Ecodesenvolvimento em Regiões Litorâneas, em: Cavalcanti, C. (org.) **Desenvolvimento e Natureza**, CORTEZ, 1996.